

25 DEZ 1979

Preparando a ^{Assembleia} Constituinte

São Paulo

"A Constituinte é apenas um problema de oportunidade". A frase, do ministro Petrônio Portela, talvez tenha sido o acontecimento mais significativo da última semana. Dissolvidos oficialmente os partidos, novos programas vão sendo apresentados e discutidos. Entendimentos renovados, retaliações velhas e inesperadas perdas de voz marcam a nova fase do processo. Mas a impressão que fica é a de que o experimentado ministro da Justiça percorre um caminho matematicamente estabelecido. Nessa perspectiva, a frase não teria sido nem solta, nem desavisada.

Algumas garantias do Sistema vem obtendo no dia-a-dia. A volta das antigas lideranças não abalou nenhuma estrutura, como previu o Planalto. Algumas delas, totalmente desatualizadas, apelaram até mesmo ao reforço janista. Outras, como a representada pelo sr. Magalhães Pinto, voltaram a evocar estranhamente uma palavra — "nacionalismo" — que perdeu significado nesta década, aliás por iniciativa dele mesmo, entre outros.

O ministro Portela, desde pelo menos seus contatos em 1977 com representantes da nova sociedade civil, vem desenvolvendo sistematicamente uma linha de ação em que procura a "normalidade democrática". Normalidade que obviamente pressupõe o controle da maioria no Congresso, a partir da qual se poderá até mesmo pensar na eventualidade de uma Constituinte. Ou seja, a Constituinte do Sistema.

Lembre-se de sua ação — digamos — cultural no âmbito do Senado e, já agora, do Ministério da Justiça, publicando textos históricos em que se valoriza o papel do Legislativo. Iniciativas assessoradas por um nacionalista jacobino do porte de José Honório Rodrigues, e se verificará que a ambição do ministro não é pequena. Opera ele numa linha cautelosa, não obstante detectável,

Não terá sido por acaso que no ano passado — "ano promissor", dizia — apresentou, em publicação sob os auspícios do Senado Federal, um dos mais conhecidos manuais de Direito Constitucional do Império, de autoria do jurista Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente, e prefaciado pelo jurista Seabra Fagundes. É bom lembrar: Conselheiro do Estado, foi o marquês autor do projeto emancipação dos escravos, que o Conselho adotou como seu. Conservadorismo sem "regressismo", e toda a força ao Parlamento, eis sua fórmula.

"Hoje, quando se fala na necessidade de uma nova Carta constitucional, consequência natural da "abertura", a pergunta fundamental é: quem a elaborará? Numa linha histórica e autenticamente liberal e nacional, o Congresso não deveria ser explicitamente eleito para esse fim? Essas e outras questões primeiras se imporão no ano próximo. A Assembleia Nacional Constituinte poderá vir a ser a nova bandeira do próprio governo, da mesma forma que ao tempo do Império os conservadores se apossavam das teses dos liberais. E as aplicavam à sua moda.

A Constituinte surge como desequilíbrio natural das forças sociais em jogo. O governo não perde iniciativas, mas a oposição também se articula. Até porque lideranças marginalizadas pelo atual modelo ampliam seu conteúdo ideológico. Talvez seja por isso que setores liberais jacobinos, nacionalistas, de esquerda e cristãos progressistas se articulam para eventual consideração da candidatura do sr. Severo Gomes ao governo de São Paulo, pela via direta.

C.G.M.